



IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – SENASS
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – 04 a 06 de julho de 2022

RAÇA E GÊNERO: reflexões sobre a formação profissional da mulher negra como expressão da questão social

BRITO, Aline Aparecida da Cunha¹

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a formação profissional da mulher negra como uma expressão da questão social que, portanto, deve ser pensada como objeto de intervenção do serviço social. Dada à centralidade do debate sobre gênero e raça na contemporaneidade, buscou-se apreender no âmbito da formação profissional as particularidades e singularidades observadas na inserção da mulher negra no ensino superior, destacando o lugar que o fenômeno, mulher negra, ocupa no contexto social. Como proposta metodológica, realizou-se revisão bibliográfica relativa às categorias gênero, raça, formação profissional e também, se fez uso da pesquisa documental, a fim de identificar elementos importantes acerca da mulher negra como expressão da questão social e como essa expressão se relaciona e se modifica no processo de formação profissional. Os primeiros achados da pesquisa apontam a inserção tardia da mulher negra no ensino superior que, somada as múltiplas expressões da questão social, têm-se dicotomias no processo de formação e na constituição profissional dessas mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Raça; Formação Profissional.

I - INTRODUÇÃO

A mulher negra, tema do presente artigo, carrega consigo, particularidades que devem ser debatidas e refletidas em todas as mazelas sociais, inclusive, no serviço social, categoria profissional que tem vínculo com a classe trabalhadora e principia-se a lutar por uma reforma societária equitativa para todos. Parte-se da concepção que o serviço social, enquanto profissão preza por uma qualidade na formação profissional tendo como centralidade a categoria trabalho. Ora, se a questão social é o ponto de partida do serviço social, como refletir sobre a mulher negra inserida no processo de formação, e ao mesmo tempo, fruto das expressões da questão social? Vejamos, aqui, ressalta-se que, além do processo de formação profissional essa mulher terá que, assim como os demais recém-formados, inserir-se no mercado de trabalho. Porém, a categoria raça, ganha um ponto

¹ Aline Aparecida da Cunha de Brito, Assistente Social. Estagiária de pós-graduação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Pós-graduanda em Serviço Social: Estratégias de Enfrentamento à Violência do Centro Universitário Internacional Uninter. Pós-graduanda em Gestão Social em Políticas Públicas pelo Instituto Federal do Paraná. Graduanda em Formação Pedagógica em Sociologia pelo Centro Universitário Internacional Uninter - Licenciatura. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Formação e Sociabilidade (GETFS) do Curso de Serviço Social da Uninter.

relevante. Refletir sobre a formação da mulher negra, é também refletir sobre a condição das mulheres em contextos sociais diferentes. É também refletir sobre o processo da desigualdade de gênero, raça e classe social contruído no modelo de sociedade contemporânea e na caminhada até a formação profissional e inserção no mercado de trabalho.

O projeto ético-político do serviço social destaca que a centralidade do trabalho do assistente social permeia em torno da categoria questão social. Assim, começamos nossas reflexões acerca das expressões da questão social sobre a mulher negra e, estudante do curso de serviço social.

Na formação profissional em serviço social, o debate sobre gênero é evidenciado em disciplinas específicas, a depender do projeto político pedagógico da instituição. Mas em qual momento, pensamos especificamente sobre o processo de formação profissional da mulher negra? Quando falamos em formação profissional e instituições de ensino, olhamos pela perspectiva de que os alunos são os usuários do serviço? Como pensar em uma formação profissional de qualidade que visa o enfrentamento das expressões da questão social, quando estamos formando alunos que vivenciam essas expressões?

Os questionamentos acima foram necessários para tentarmos aqui, evidenciar para o leitor o processo delicado de formação profissional da mulher negra. O fato desta mulher estar na universidade em busca de sua formação profissional, por si só, já se trata de um fenômeno social, que foi pautado por lutas estudantis e por movimentos sociais negros em busca do acesso a educação.

A inferiorização do negro e de sua cultura ainda imprime marcas expressivas em diversas estratificações sociais, notadamente, no acesso e no processo do ensino superior, em que a mulher por si só, enfrenta diversas expressões e quando negra estas questões se ampliam consideravelmente em seu cotidiano.

A importância de escrever e refletir sobre o processo de formação profissional da mulher negra no Brasil se articula com o Projeto Ético Político do serviço social que tem em seu debate a eliminação de todas as formas de preconceito, e também, o constante debate sobre a qualidade da formação profissional.

A partir de pesquisas bibliográficas sobre o tema formação profissional em serviço social, gênero e raça e a mulher negra foi possível realizar as reflexões acerca desse processo evidenciando o quanto tardiamente essas mulheres se inseriram no ensino superior e como isso reflete no seu avanço como profissionais. Ainda, se tem a necessidade intensa de debatermos o tema em questão no âmbito da formação profissional em serviço social quando identificamos que as mulheres negras em processo de formação são usuárias dos serviços educacionais e das políticas sociais.

A fim de explorar e evidenciar a tematica em tela, o presente artigo se divide em alguns momentos. Inicia-se com um breve debate sobre gênero e raça em articulação com o surgimento e construção do movimento feminista no Brasil. Na sequencia, propoe-se um debater e reflexões sobre tais contextos, para que seja possível uma reflexão profunda sobre o segundo momento, que principia-se em estratificar e explorar a inserção da mulher negra no ensino superior. Por fim, no último momento, buscou evidenciar as expressões da questão social que permeiam a mulher negra e seu processo de formação profissional explorando os avanços e as reflexões do serviço social sob seu objeto de intervenção.

II - BREVE REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO FEMINISTA E O DEBATE DE GÊNERO NO BRASIL.

Partimos do pressuposto em articular o debate da questão racial, e neste contexto, a mulher negra e suas vivências sociais. O racismo é uma pauta social e que na contemporaneidade absorve diversas leis, regulamentações e agenda coletiva de enfrentamento. Na Constituição Federal brasileira, de 1988, no que se refere ao racismo, em seu artigo 5º, inciso XLII, é considerado crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei. A lei federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, conhecida como “Lei Caó”, foi aprovada com vistas a regulamentar a disposição constitucional, definindo os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor: “Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (BRASIL, 1989). Mas, antes de falar da mulher negra, precisamos dialogar sobre questões de gênero, movimento feminista e sobre a mulher, em si e para si.

A mulher, em si, já vem a décadas se movimentando pela igualdade de gênero e tentando ocupar um lugar concreto na sociedade contemporânea. Essas décadas de lutas, conquistas e limites hoje, denominamos de movimento feminista. O movimento feminista, como os demais movimentos sociais, atravessou momentos de crescimento e retrocesso, porém pode-se assinalar que a partir da década de 1960, como o período do ressurgimento dos movimentos sociais em geral e o movimento feminista, teve um dos seus ápices. Esse é o período dos questionamentos a todas as formas de controle — movimento hippie, minisaias, revoluções sociais e políticas, invenção da pílula anticoncepcional, entre outros. Ergas (1991), em seu artigo “O feminismo dos anos 1960-1980” define o movimento feminista da época como “O feminismo [...] indica historicamente conjuntos variados de teorias e práticas centradas em volta da constituição e da legitimação dos interesses das mulheres. Nesta perspectiva, o feminismo é mais uma questão histórica do que uma questão de definição” (ERGAS, 1991, p. 588).

Vemos então, que com a incerção crescente do espaço público ocupado pelas mulheres, as reivindicações vão se ampliando e estabelecendo outras pautas de discussão, como: o direito ao aborto, ao divórcio, ao livre exercício da sexualidade, o acesso ao mundo do trabalho, entre outros. Vale evidenciar que as conquistas dos movimentos feministas vão ter especificidades em cada país. Na França, por exemplo, a legalização do divórcio se deu em 1792, mas o direito de voto somente em 1944. No Brasil, o direito de voto é reconhecido em 1932 e o divórcio bem tardiamente, em 1977.(Toscano E Goldenberg, 1992).

Com o crescimento do movimento feminista, a mulher para si passa-se então, a chamar a atenção do mundo e, se torna objeto de estudo acadêmico a partir da década de 1960 (FONSECA, 1995). Desse modo, as reflexões, encontros e debates acadêmicos levaram à expansão do conceito de gênero. John Money (1995) foi o autor que propôs a utilização do termo para descrever o conjunto de condutas atribuídas aos homens e às mulheres. Contudo, a diferença conceitual entre gênero e sexo foi nitidamente definida por Robert Stoller em 1968. Esse autor definiu sexo como o aspecto anatômico e fisiológico da espécie humana e gênero como relacionado ao significado que cada sociedade atribui ao sexo (GOMÁRIZ, 1992).

Conforme pontua Lisboa (2010): [...] A perspectiva de gênero propõe lançar um novo olhar sobre a realidade a partir das mulheres e com as mulheres revolucionando a ordem dos poderes [...] (p.70). Debater sobre gênero se tornou de suma importância para a possibilidade de desconstruir a imagem da mulher apenas como um objeto de prazer e posse masculino para então construí-la a mulher como agente político das tomadas de decisões sociais.

Cisne (2012) compreende que o “conceito de gênero veio também no sentido de analisar de maneira relacional a subordinação da mulher ao homem, ou seja, os estudos sobre as mulheres não deveriam apenas limitar-se a categoria mulher, mas esta deve sempre ser analisada de forma relacional ao homem” (p.78).

Assim o debate de gênero nos anos seguintes, as mulheres não só mostraram as possibilidades diante da organização feminina quanto identidade social construída, mas também, a diversidade dentro do próprio movimento, como identidade pessoal vinculada a outros elementos. Esses elementos surgem de acordo com as características que as diferenciam: a orientação sexual, a raça/etnia, a classe social, a cultura de seus respectivos países, a ideologia política e, por fim, a corrente do feminismo que defendem. Assim, junto com o movimento feminista cresceu também a discussão na academia e foram surgindo diversas correntes em seu interior que reverberam até a contemporaneidade acadêmica e social.

Brevemente, identificamos que o movimento feminista e suas lutas levaram a criação e ao debate sobre gênero social e academicamente. Trata-se de uma questão histórica em

contraponto à historicidade patriarcal que, a décadas, exclui as mulheres de espaços políticos e debates para a construção dos interesses sociais. Assim, as mulheres, se organizaram e se organizam em busca de efetivação de espaços, direitos e políticas públicas de enfrentamento ao patriarcado e defesa e garantia de direitos das mulheres.

Relacionando o debate de gênero com o serviço social, a autora Lamamoto (1998, p. 104) afirma: “Com tal perfil (feminino), o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto às discriminações a ela impostas no mercado de trabalho [...]”. Veja, a autora aponta que no serviço social, pelo mesmo ser constituído por maioria mulheres, as mesmas, sofrem com as expressões da questão social relacionadas ao gênero. Observa-se, portanto, que muitos dos traços do início da profissão permanecem, mas o que mais parece resistir ao tempo é a predominância feminina. Pesquisa coordenada pelo Conselho Federal de serviço social (CFESS, 2005) no Brasil, mostra que 97% dos assistentes sociais do Brasil são mulheres. A pesquisa denominou-se “Perfil profissional do assistente social no Brasil” e trabalhou com todos os estados brasileiros, exceto o Acre.

Nesta perspectiva o debate sobre gênero é inerente à profissão, tanto quanto no viés da formação profissional, tanto quanto como profissionais enfrentando a contradição entre fomentar a proteção de mulheres vítimas de todo tipo de violência de gênero, mas também, como profissional do sexo feminino e seus dilemas. Assim, na próxima seção abordaremos a mesma linha de raciocínio, mas agora puxando essa reflexão para gênero e raça.

GÊNERO E RAÇA: O CONTEXTO DA MULHER NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA E SUA INSERÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

Historicamente, a sociedade brasileira passou por diversas mudanças contextuais e hierarquias que se modificam, de acordo com o movimento dialético das configurações sociais. Na era da escravidão no Brasil, que corresponde do período de 1550 até 1888, a hierarquia social, tinha por um lado, o senhor de terras, que concentra em suas mãos o poder econômico e político, e no outro, os escravos, a força de trabalho efetiva desta sociedade.

Entre estes dois pontos dicotômicos, encontramos uma camada de homens e mulheres escravizados, mas que, em suma, assumiram papéis diferentes na sociedade. O homem negro e escravo era direcionado para as tarefas brutas e braçais, já as mulheres para as tarefas domésticas, num contexto geral. Mas há ainda, mulheres que executavam as duas atividades, braçais e domésticas. A mulher negra, portanto, assumia um papel considerado essencialmente produtora reprodutora em certos casos, pois muitos patrões se usavam das mulheres domésticas, especialmente as negras para satisfazerem seus desejos

e fantasias sexuais, isto é, a mulher negra era uma fornecedora de mão-de-obra em potencial, concorrendo com o tráfico negreiro. (GONZALEZ, 1988, p. 730)

Esse contexto, reverbera até a atual conjuntura, onde, o debate sobre racismo e suas consequências vem se intensificando e se estruturando em busca de toda a forma de eliminação dos preconceitos sobre raça. E no seio deste debate, lutas e pautas, temos a mulher negra, como o último fenômeno a ser discutido na esfera social.

Assim, a mulher negra se vincula ao critério racial como mecanismo de seleção, pois na contemporaneidade pessoas negras são relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, através da discriminação racial.

Na estrutura social, a mulher negra se cristaliza na cultura da dominação, desse modo, ocupa-se lugares e papéis que lhe foram atribuídos na escravidão. As heranças da era de escravidão, ainda reverbera na contemporaneidade quando identificamos que, na sociedade brasileira, a população negra é maioria em empregos domésticos, agrícolas, construção civil, dentre outros. Ainda, essa mesma herança com resíduos do escravagismo, se superpõem aos mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante. A autora Vieira (2015), faz uma análise sobre esses mecanismos e descreve como *“mecanismos que são essencialmente ideológicos e que ao se debruçar sobre as condições objetivas da sociedade têm efeitos discriminatórios”*.

Pois bem, levando em consideração tal afirmativa, se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, como ela se insere no ensino superior? Como ela se prepara para adentrar no processo de formação profissional? E quando ela acessa o ensino superior, com que frequência ela finaliza sua formação profissional?

Em uma sociedade onde ainda se pautam elementos arcaicos de exclusão, mesmo com o processo de modernização, o acesso à educação se tornou um fator de pressão para alcançar possibilidades de ascensão social. Para a mulher negra, esse processo de pressão educacional ainda sofre um outro fator, para além de. Os mecanismos ideológicos se encarregam da manutenção da exclusão de mulheres negras ao acesso a direitos sociais. Com representações baseadas em estereótipos, a capacidade intelectual da mulher negra perpassa por diversas camadas de exclusão advindas de múltiplos processos de condicionantes que se tornam fortes obstáculos de acesso. Desta forma, na próxima sessão, adentrarmos no processo de inserção de mulheres negras ao ensino superior.

A educação se tornou, na contemporaneidade, pré-requisito para acesso às melhores ocupações sociais. Dentre os grupos que estão nessa corrida para alcançar *status quo*, a mulher negra tem menores possibilidades do que quaisquer outros grupos.

No que diz respeito a mulheres negras, o acesso à educação se deu por volta de 1970, período este, que se têm os primeiros registros da população negra acessando a educação. (QUADRA, 2014)

Somente com a reforma do Ensino Primário e Secundário, em 1970, o direito ao ensino público foi direcionado à população negra. Porém, o ingresso das mulheres só aconteceu em 1979 com a fundação universitária Women's' College nos Estados Unidos.

No Brasil, após o consentimento do Imperador Dom Pedro II, em 1979, as mulheres obtiveram o direito de estudar na universidade. Mesmo assim, a presença das mulheres na universidade só se consolidou no final do século XIX, marcada pela inserção da primeira mulher em uma universidade do Estado da Bahia no ano de 1887, completando o seu curso em medicina. (QUADRA, 2014)

Ao analisarmos, a inserção da mulher negra ao ensino superior ainda é fruto de um movimento ocorrido no final do século XIX. Esse movimento ainda é recente e enfrenta diversos objetivos para sua efetivação. Desde então, vem crescendo o número de mulheres ingressantes no ensino superior. Um estudo publicado no Portal Brasil mostra que no último ano do decênio, do total estimado de 6 milhões de matrículas, 3,4 milhões foram de mulheres, contra 2,7 milhões de homens (BRASIL, 2015). No que diz respeito à presença de mulheres negras nos espaços universitários, há uma deficiência na literatura em apresentar um movimento incipiente que evidencie em qual momento deste processo se deu o acesso das mesmas ao ensino superior brasileiro.

Para Almeida e colaboradores (2011), após a Lei Vento Livre que foi possível uma melhor compreensão do processo educacional de mulheres negras. De um total de 10 artigos da lei, os dois primeiros mencionaram os termos que tornavam os nascidos livres e lhes davam direito à educação. Fonseca (2002) reflete que “Esse processo estabelecido pela lei do ventre livre também é revestido de sentido pela história da educação, particularmente para a questão da educação dos negros no Brasil” (p. 34). Esse documento trata-se de um dos primeiros documentos oficiais em que a educação voltada para escravos libertos aparece de forma explícita.

Ainda assim, a mulher negra trabalhadora não foi citada na legislação, o que não modificou o seu contexto de acesso à educação. A legislação priorizava o acesso da população livre, desde que, não fossem portadoras de doenças contagiosas. Mas não era permitida a presença de escravos, ou de mulheres negras e mestiças (ALMEIDA et al. 2011).

Vejamos, o acesso de mulheres negras ao ensino superior foi mais tardio do que qualquer outra camada da população. Esse acesso, além de tardio, ainda se reflete em diversos obstáculos que mulheres brancas, por exemplo, não enfrentam. O percurso de entendimento dessa realidade é indispensável, pois, a partir da análise desse processo, da

leitura e releitura da realidade, que a estrutura educacional para negros poderão ser alteradas. É no incessante debate desse acesso, da consciência de si, do entendimento do processo histórico que, mulheres negras podem, e devem, se organizar para pensar em estratégias e lutar por ações e intervenções políticas que reconheçam seus direitos, os quais ainda são negados.

Discutir a educação da mulher negra no Brasil, ainda exige desafios nos debates de gênero e raça. É desafiador por se tratar da singularidade de um processo histórico ainda enraizado na atualidade. Refletir sobre a educação da mulher negra é refletir sobre escravidão, gênero e educação em categorias que tiveram seu movimento dialético social com limites e possibilidades.

MULHER NEGRA, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Como vimos acima, o debate sobre mulher negra e formação profissional perpassa por múltiplas perspectivas sociais. Precisamos entender o feminismo e o debate de gênero, o processo de escravidão e seus impactos do direito a educação e a inserção da mulher negra no ensino superior. Todas essas perspectivas por si só, são expressões da questão social. Diante das contradições determinadas na relação capital e trabalho, onde os interesses da classe trabalhadora e da classe burguesa são inconciliáveis, “[...] compreende - se que a ‘questão social’ se configura à medida em que o conjunto das desigualdades sociais, econômicas e culturais se revelam politicamente por meio da classe trabalhadora” (CISNE, 2015, p. 38). A esse conjunto de desigualdades chamamos expressões da questão social.

Analisando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Cisne e Santos afirmam que “[...] que o rendimento médio das mulheres negras equivale a 35% do rendimento médio dos homens brancos, o que demonstra a desigualdade abissal quando consideramos a combinação das variáveis sexo e raça” (2018, p.118).

Em uma sociedade voltada ao modelo capitalista, a mulher negra se integra a diversas expressões da questão social. Aqui, devemos ponderar a informação de que o fator raça, quase sempre, está relacionado com o fator econômico. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), “O Cadastro Único evidenciou a feminização da pobreza”, quando reafirmou em 2014 que o percentual de mulheres chefiando domicílios que recebiam os benefícios do Programa Bolsa Família eram de 93%, ou quase 13 milhões de famílias (2016)”. Desta forma, percebemos que se a maioria das mulheres chefes de família estão acessando benefícios sociais, logo, essas mesmas mulheres se veem longe de alcançar o status de poder econômico necessário para manutenção da vida social.

Refletindo sobre as análises realizadas acima, as expressões da questão social que permeiam a mulher negra são diversas. Vemos fatores como a violência obstétrica no sistema de saúde, a taxa de desemprego, o analfabetismo, a intolerância a práticas culturais e religiosas. Isso revela as tentativas de silenciamento e de apagamento de um legado milenar, que fazem parte da base da construção do país. E mesmo após o fim do modo de produção escravista, essas “mortes simbólicas” são reproduzidas e praticadas. (CFESS, 2018).

A ausência da implementação de políticas públicas afirmativas, remete ao fato de que a organização social, retrocede cada vez mais em pautas como gênero e raça. Com o sistema de cotas universitárias como política pública afirmativa, tem-se demonstrado um avanço social no Brasil quando refletimos sobre a diminuição de disparidades econômicas, sociais e educacionais entre pessoas de diferentes etnias raciais. Segundo o IBGE, entre 2010 até 2019 o número de alunos negros inseridos no ensino superior cresceu quase 400% por meio do sistema de cotas. A população negra atingiu quase 38,15% dos alunos matriculados, porcentual ainda abaixo de sua representatividade no conjunto da população, que é de 56%.

Muito se fala da inserção da população negra no ensino superior, mas quando debatemos sobre o processo de permanecer na instituição de ensino? E quando refletimos sobre as particularidades dessa população? Quando pensamos e debatemos sobre a inserção dessa população no mercado de trabalho? E quando esses alunos são mulheres negras? Identificamos as particularidades e singularidades dessas mulheres? Essas e outras reflexões se fazem necessárias para que, quanto serviço social, categoria comprometida com o processo de formação profissional, pensarmos em estratégias de enfrentamento contra toda forma de preconceito desde a inserção desse público no ensino superior. Muitas dos questionamentos trazidos aqui, ainda permanecem sem respostas, porém, nos trazem um leque de reflexões para que cada vez mais, possamos debater, refletir e agir sobre o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do pressuposto da mulher negra, seu processo histórico, suas particularidades, seus status social e sua inserção tardia no ensino superior, tem-se a urgência de criar espaços de construção, reflexão e debate sobre uma agenda coletiva de enfrentamento de todas as formas de preconceito.

Ao analisar o material coletado para a construção do presente artigo, foi possível identificar as expressões da questão social que permeiam a construção da mulher negra no Brasil. Interessante essa construção para refletirmos na contemporaneidade como se dá esse acesso da mulher negra no ensino superior.

O serviço social, profissão vinculada com a classe trabalhadora tem em seu projeto ético político a constância em articular, sistematizar e operacionalizar estratégias de enfrentamento das expressões da questão social. Logo, enquanto categoria comprometida com a formação profissional, refletir sobre a mulher negra como uma expressão da questão social e os obstáculos de se inserir e permanecer em formação, nos condiciona em pensarmos em estratégias e criação de espaços para esses debates. Cabe ainda questionar, quem são nossos profissionais? Quanto destes, são mulheres negras? Após a formação, quantas dessas mulheres conseguiram se inserir em espaços profissionais? Questionamentos esses, que podemos explorar, em uma próxima produção.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. E. S. et al. Educação escolar de mulheres negras: interdições históricas. Revista Educação em Questão, Natal, v. 41, n. 27, p. 81 –106, 2011. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4003/3270>. Acesso em 22 de abril de 2022.

BRASIL. CFESS divulga nota em homenagem ao Dia da Mulher Negra Latino americana e Caribenha. 2018b. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1489>. Acesso em: 18 de abril de 2022

BRASIL. CFESS (Org.). Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005. Disponível em: . Acesso em: 18 de abril de 2022. - http://www.cfess.org.br/arquivos/perfilas_edicaovirtual2006.pdf

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=coleta&campo=assunto¬qry=&opeqry=&texto=negros%20ensino%20superior&digital=false&fraseexata=>. Acesso em 15 de abril de 2022.

BRASIL. Portal Brasil. Índice, Dados e Resultados, 2015. Ministério da Fazenda. Disponível em <https://www.portalbrasil.net/>. Acesso em 29 de abril de 2022.

CISNE, Mirla. Feminismo e Consciência de Classe no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015

ERGAS, Yasmine. O feminismo dos anos 1960-1980. In: THÉBAUD, F.; DUBY, G.; PERROT, M. História das mulheres no Ocidente: o século XX. Tradução de Maria Helena da

Cruz, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

FONSECA, Cláudia. Uma genealogia do “gênero”. Revista de Antropologia, Recife, v. 1, n. 2, [1995]. (Série Família e Gênero.)

FONSECA, M. V. A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

GOMÀRIZ, Enrique. Los estúdios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. In: RODRÍGUEZ, Regina. Fin de siglo: género y cambio civilizatorio. Santiago: Isis Internacional, 1992.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro latino-americano. In: Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino n.1. Brasil, 1988.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e serviço social: encontro e desencontros ao longo da história da profissão. Rev. Katálysis. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 66-75, jan/jun. 2010. Disponível em . Acesso em: 04 jun. 2018

QUADRA, R. R. PROJETO PÉROLAS NEGRAS: valorização da diversidade cultural na escola. Anais do congresso de pesquisa e extensão e da semana de ciências sociais da UEMG/Barbacena. v. 1, n. 1 (2014)

TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Mirian. A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

VIEIRA, Bianca. MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: UM BALANÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, 2015. 13º Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero: Transformações, Conexões e Deslocamento. Disponível em https://www.en.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499353872_ARQUIVO_Mulheresnegrasnomercadodetrabalhobrasileiro.pdf. Acessado em 22 de abril de 2022.